Editora Solução
a solução para o seu concurso!

# TRINDADE-PE

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

## ASSISTENTE SOCIAL (SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL)

- Língua Portuguesa
- Legislação Social
- Conhecimentos Profissionais
- Gestão, Políticas Públicas e Direitos Sociais

**INCLUI QUESTÕES GABARITADAS**

**EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)**

### BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

# AVISO IMPORTANTE:

## Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

**Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
https://www.editorasolucao.com.br/

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

# TRINDADE - PE

## Assistente Social (Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social)

SL-048ST-26
7901183008353

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

# Língua Portuguesa


1. Interpretação e Análise Textual (compreensão global, ideias principais e secundárias, inferências, coesão, coerência, gêneros textuais e variedades linguísticas) ..... 7
2. Redação Oficial (elaboração de correspondências, ofícios, circulares e protocolos) ..... 17
3. Sintaxe ..... 29
4. Concordância verbal e nominal ..... 33
5. Regência ..... 37
6. Crase ..... 41
7. Pontuação ..... 43


# Legislação Social


1. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei Federal Nº 8.742/1993; Sistema Único de Assistência Social – SUAS – Lei Federal Nº 8.742/1993; Benefício de Prestação Continuada – BPC – Lei Federal Nº 8.742/1993 ..... 53
2. Política Nacional de Assistência Social – PNAS – Resolução CNAS Nº 145/2004 ..... 64
3. Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS – Resolução CNAS Nº 33/2012 ..... 64
4. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS Nº 109/2009 ..... 87
5. Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico – Decreto Federal Nº 11.016/2022 ..... 87
6. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei Federal Nº 8.069/1990 ..... 90
7. Estatuto da Pessoa Idosa – Lei Federal Nº 10.741/2003 ..... 131
8. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Federal Nº 13.146/2015 ..... 142


# Conhecimentos Profissionais
# Assistente Social (Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social)


1. Fundamentos do Serviço Social aplicados ao atendimento socioassistencial ..... 165
2. Instrumentalidade e dimensões técnico-operativas do Serviço Social. Atendimento social de indivíduos, famílias e grupos. Entrevista social, escuta qualificada e abordagem social. Estudo social e avaliação sociofamiliar. Diagnóstico das condições sociais, econômicas e familiares dos usuários. Visita domiciliar como instrumento de investigação e intervenção profissional. Elaboração de relatórios, pareceres, laudos e registros técnicos ..... 169
3. Construção, execução e avaliação de planos de acompanhamento e intervenção social. ..... 173
4. Acompanhamento de famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco social. Intervenção profissional junto a mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência ..... 176
5. Técnicas de trabalho com grupos e desenvolvimento de atividades socioeducativas ..... 180
6. Acompanhamento de situações relacionadas à desproteção familiar, violência, negligência, abandono e outras demandas sociais ..... 183
7. Orientação, encaminhamento e acompanhamento técnico dos casos atendidos, sem prejuízo das competências dos demais serviços ..... 187
8. Ética profissional, sigilo, responsabilidade técnica e limites de atuação do Assistente Social ..... 191


Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

# Gestão, Políticas Públicas e Direitos Sociais


1. Conselho e direitos sociais. Criação e implementação de políticas públicas sociais ..... 199
2. Direitos da criança e do adolescente. Direitos humanos e cidadania. Direitos sociais e assistência social ..... 202
3. Gestão de serviços socioassistenciais ..... 206
4. Inclusão social e combate à vulnerabilidade ..... 210
5. Legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ..... 214
6. Legislação e direitos previdenciários. ..... 217
7. Planejamento e execução de programas sociais ..... 221
8. Proteção social básica e especial. Rede de serviços sociais e intersetorialidade ..... 224
9. Supervisão e acompanhamento de projetos sociais ..... 228
10. Trabalho interdisciplinar com outras áreas ..... 232
11. Vigilância social e prevenção de vulnerabilidades ..... 236


Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

# LÍNGUA PORTUGUESA

## INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE TEXTUAL (COMPREENSÃO GLOBAL, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, INFERÊNCIAS, COESÃO, COERÊNCIA, GÊNEROS TEXTUAIS E VARIEDADES LINGUÍSTICAS)

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

### ▸ Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

### ▸ Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

### ▸ Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

### Conceito de Ideias Principais e Secundárias

A distinção entre ideias principais e secundárias é essencial para a compreensão textual, pois permite ao leitor ou redator identificar o foco central de um texto e as informações que o sustentam.

### ▸ Ideias Principais

As ideias principais são o cerne do texto, expressando o objetivo central ou a mensagem mais relevante que o autor deseja transmitir. Em um parágrafo, por exemplo, a ideia principal é aquela que sintetiza o ponto principal de forma clara e objetiva. Ela é indispensável para o entendimento do texto, sendo muitas vezes apresentada no início ou no final do parágrafo.

### ▸ Ideias Secundárias

Por outro lado, as ideias secundárias são as informações complementares, que têm a função de detalhar, explicar ou exemplificar a ideia principal. Elas fornecem dados adicionais que ajudam a fortalecer ou contextualizar o tema central, mas não têm autonomia sem a ideia principal.

### ▸ Relação entre Ideias Principais e Secundárias

Esses dois elementos formam uma relação de interdependência, em que as ideias secundárias ampliam o significado da ideia principal, criando uma cadeia lógica e coesa. Quando bem



Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

organizadas, essas ideias contribuem para uma leitura fluida e eficiente, facilitando a comunicação e o entendimento do conteúdo. Por exemplo:

▪ **Ideia Principal:** "A prática regular de exercícios físicos é essencial para a saúde."

▪ **Ideias Secundárias:** "Ela ajuda a prevenir doenças cardiovasculares, melhora a qualidade do sono e aumenta a disposição no dia a dia."

### Exemplos Práticos de Identificação

Para compreender melhor a relação entre ideias principais e secundárias, apresentamos alguns exemplos práticos. Esses exemplos ajudam a visualizar como essas ideias se conectam para formar um texto claro e coeso.

***Ex.:*** *Uma Situação de Risco*

***Trecho:***

*"Meu primo já havia chegado à metade da perigosa ponte de ferro quando, de repente, um trem saiu do trilho, a cem metros da ponte. Com isso, ele não teve tempo de correr para a frente ou para trás, mas, demonstrando grande presença de espírito, agachou-se, segurou com as mãos um dos dormentes e deixou o corpo pendurado."*

▪ **Ideia Principal:** O primo enfrentou uma situação perigosa ao atravessar a ponte de ferro.

▪ **Ideias Secundárias:** A chegada inesperada do trem, sua reação ao perigo e a maneira como se salvou.

***Ex.:*** *Um Passeio na Fazenda*

***Trecho:***

*"O dia amanhecera lindo na Fazenda Santo Inácio. Os dois filhos do Sr. Soares, administrador da fazenda, resolveram aproveitar o bom tempo. Pegaram um animal, montaram e seguiram contentes pelos campos, levando um farto lanche, preparado pela mãe."*

**Primeiro Parágrafo:**

▪ **Ideia Principal:** O dia amanheceu lindo na Fazenda Santo Inácio.

▪ **Ideias Secundárias:** Não há, já que o parágrafo foca apenas na descrição do clima.

**Segundo Parágrafo:**

▪ **Ideia Principal:** Os filhos do Sr. Soares decidiram aproveitar o bom tempo.

▪ **Ideias Secundárias:** Pegaram um animal, montaram e seguiram pelos campos com um lanche preparado pela mãe.

***Ex.:*** *Evento Natural*

***Trecho:***

*"As estacas da cabana tremiam fortemente, e duas ou três vezes, o solo estremeceu violentamente sob meus pés. Logo percebi que se tratava de um terremoto."*

▪ **Ideia Principal:** Era um terremoto.

▪ **Ideias Secundárias:** As estacas da cabana tremiam, e o solo estremeceu sob os pés do narrador.

▸ **Dica para Identificação**

Ao analisar um parágrafo:

▪ Identifique a frase que resume o ponto central (ideia principal).

▪ Localize as informações que detalham, exemplificam ou sustentam essa ideia (ideias secundárias).

### Estrutura e Organização de Parágrafos

A organização de ideias em um parágrafo é essencial para a clareza e coesão de qualquer texto. A estrutura ideal combina uma ideia principal com ideias secundárias que a complementem, formando um conjunto lógico e bem articulado.

▸ **Padrões Comuns na Estrutura de Parágrafos**

**Ideia Principal + Ideias Secundárias**

Neste padrão, a ideia principal é apresentada no início do parágrafo, seguida pelas ideias secundárias, que ampliam, explicam ou exemplificam o tema central.

***Ex.:*** *"A prática da leitura é fundamental para o desenvolvimento intelectual. Ela amplia o vocabulário, melhora a capacidade de argumentação e aumenta a compreensão de diferentes perspectivas."*

**Ideias Secundárias + Ideia Principal:**

Nesse formato, o parágrafo inicia com detalhes ou exemplos (ideias secundárias), culminando com a apresentação da ideia principal no final.

**Ex.:** *"As palavras cruzadas ajudam a exercitar o cérebro, os jogos de tabuleiro estimulam o raciocínio lógico, e os livros de mistério desafiam a imaginação. Por isso, atividades que combinam lazer e aprendizado são ótimas para a mente."*

**Dicas para Organização dos Parágrafos:**

▪ **Clareza na Identificação da Ideia Principal:** mantenha a ideia principal em uma frase clara e objetiva, destacando o ponto central do parágrafo.

▪ **Conexão entre Ideias:** use palavras de transição, como além disso, portanto, por exemplo e consequentemente, para conectar ideias principais e secundárias.

▪ **Evitar Redundâncias:** evite repetir informações já apresentadas no mesmo parágrafo, o que pode tornar o texto confuso e prolixo.

▪ **Tamanho Adequado:** prefira parágrafos de tamanho moderado, com informações suficientes para desenvolver a ideia principal sem torná-lo muito longo ou difícil de seguir.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

# LEGISLAÇÃO SOCIAL

**LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS – LEI FEDERAL Nº 8.742/1993; SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS – LEI FEDERAL Nº 8.742/1993; BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC – LEI FEDERAL Nº 8.742/1993**

## LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

*Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

## LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

### CAPÍTULO I
### DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

### CAPÍTULO II
### DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

#### SEÇÃO I
#### DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;



Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

**SEÇÃO II**
**DAS DIRETRIZES**

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

**CAPÍTULO III**
**DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO**

Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 3º A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 4º Cabe à instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social normatizar e padronizar o emprego e a divulgação da identidade visual do Suas. (Incluído pela Lei nº 13.714, de 2018)

§ 5º A identidade visual do Suas deverá prevalecer na identificação de unidades públicas estatais, entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios vinculados ao Suas. (Incluído pela Lei nº 13.714, de 2018)

Art. 6º-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

Art. 6º-B. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º A vinculação ao Suas é o reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2º Para o reconhecimento referido no § 1º, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos: (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - constituir-se em conformidade com o disposto no art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - inscrever-se em Conselho Municipal ou do Distrito Federal, na forma do art. 9º; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

III - integrar o sistema de cadastro de entidades de que trata o inciso XI do art. 19. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 3º As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)



Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

# CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

## FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL APLICADOS AO ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL

### Fundamentos profissionais no atendimento socioassistencial

O atendimento socioassistencial é uma forma de intervenção profissional inserida na política pública de assistência social e orientada pela garantia de direitos. Para o Serviço Social, a demanda apresentada por uma pessoa ou família não é tomada como um fato isolado, porque necessidades materiais, vínculos familiares, condições de trabalho, acesso a renda, moradia, mobilidade, saúde, educação e proteção social se relacionam. A atuação profissional procura compreender essas conexões sem reduzir o usuário a uma carência, a um comportamento individual ou a um diagnóstico moral sobre sua trajetória.

- **Leitura das necessidades e das expressões da questão social**

A leitura profissional parte da situação concreta narrada pelo usuário, mas avança para as condições sociais que produzem ou agravam aquela demanda. Uma dificuldade para manter alimentação regular, por exemplo, pode estar associada à perda de renda, ao cuidado exclusivo de crianças pequenas, à ausência de apoio comunitário, a despesas extraordinárias ou a barreiras de acesso a benefícios e serviços. A intervenção não se limita a confirmar a existência da necessidade imediata. Ela procura identificar direitos acionáveis, recursos disponíveis, fatores de proteção e obstáculos que impedem a família de utilizar as respostas existentes no território.

**Da demanda imediata à compreensão do contexto**

A demanda inicial funciona como porta de entrada para uma análise mais ampla. Quando uma responsável familiar procura um serviço porque não consegue pagar contas básicas, o atendimento pode revelar que ela perdeu recentemente um trabalho informal, cuida sozinha de dois filhos e ainda não conseguiu atualizar cadastros necessários para acessar apoios públicos. O profissional diferencia o que exige resposta urgente, o que depende de orientação, o que deve ser acompanhado e o que precisa de articulação com outros serviços. Essa diferenciação impede que situações complexas sejam tratadas apenas com respostas pontuais.

A tabela organiza quatro níveis que costumam aparecer simultaneamente em um atendimento. A distinção ajuda a evitar que a intervenção confunda a fala inicial com todo o conteúdo social do caso.

| Elemento analisado | Pergunta profissional central | Exemplo de manifestação | Consequência para o atendimento |
|---|---|---|---|
| Demanda imediata | O que a pessoa solicita ou relata primeiro? | Dificuldade para adquirir alimentos | Exige acolhida e verificação da urgência |
| Necessidade social | Que condições de vida sustentam a demanda? | Perda de renda e ausência de apoio para cuidado | Requer análise ampliada da situação |
| Direito socioassistencial | Que proteção pública pode ser acessada? | Serviços, benefícios ou acompanhamentos cabíveis | Orienta encaminhamentos e providências |
| Barreira de acesso | O que impede o uso efetivo da proteção? | Falta de documentos, transporte ou informação | Exige mediação e acompanhamento específico |

A utilidade dessa diferenciação está em preservar a complexidade do atendimento. Duas famílias podem apresentar a mesma solicitação inicial e, ainda assim, necessitar de respostas profissionais distintas. Uma pode precisar principalmente de orientação para acesso a uma proteção já disponível; outra pode demandar acompanhamento continuado porque os fatores de vulnerabilidade se combinam e persistem. A intervenção profissional ganha qualidade quando a análise identifica essa diferença antes de definir ações.



Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Outro aspecto fundamental é distinguir necessidade social de comportamento individual. Atrasos, faltas e interrupções de acompanhamento podem expressar condições objetivas que o serviço ainda não compreendeu. Uma pessoa que alterna trabalhos temporários, por exemplo, pode não conseguir comparecer sempre no mesmo horário. Em vez de concluir que há baixa adesão, o profissional verifica a rotina de trabalho, as responsabilidades de cuidado e as condições de deslocamento. Essa leitura desloca o foco de uma avaliação moral para a análise das mediações sociais que interferem no acesso.

- **Proteção social como referência da intervenção**

A política de assistência social, estruturada no Sistema Único de Assistência Social, organiza ofertas voltadas à proteção de indivíduos e famílias diante de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos. O Serviço Social participa dessa política sem transformar o atendimento em concessão pessoal ou favor. O acesso deve ser compreendido como parte de uma responsabilidade pública, com critérios, procedimentos e limites institucionais que precisam ser explicados de modo claro ao usuário.

**Direitos, acesso e continuidade**

O fundamento profissional aparece na forma como o acesso é mediado. Explicar por que determinada demanda pode ser atendida por um serviço, informar limites reais, orientar sobre documentos necessários e acompanhar obstáculos de acesso são tarefas que fortalecem a relação entre usuário e política pública. Mesmo quando a instituição não dispõe da resposta final para uma necessidade, o atendimento deve produzir direção: identificar a competência adequada, evitar circulação desnecessária entre equipamentos e registrar elementos relevantes para continuidade do caso.

## Mediações profissionais na relação com usuários e território

O atendimento socioassistencial combina relação direta com usuários e leitura das condições territoriais em que a vida cotidiana se organiza. A escuta profissional permite compreender experiências, necessidades e expectativas, enquanto o conhecimento do território ajuda a reconhecer recursos comunitários, serviços existentes, distâncias, barreiras de mobilidade, dinâmicas de violência e formas locais de apoio. Essas duas dimensões se complementam: o relato individual ganha sentido quando relacionado ao ambiente em que as alternativas de proteção são concretamente possíveis ou limitadas.

- **Acolhida, vínculo e reconhecimento da singularidade**

A acolhida profissional não corresponde apenas a uma postura cordial. Ela envolve criar condições para que a pessoa compreenda o objetivo do atendimento, possa apresentar sua demanda sem constrangimento e participe da construção das possíveis respostas. O vínculo se desenvolve pela previsibilidade, pela coerência entre o que é informado e o que é realizado e pelo respeito aos limites de exposição do usuário. A relação profissional não depende de intimidade pessoal; depende de confiança baseada em responsabilidade técnica.

**Escuta sem julgamento e participação do usuário**

Uma escuta qualificada considera tanto o conteúdo narrado quanto as circunstâncias em que a narrativa é produzida. Uma pessoa pode omitir informações por medo de perder um benefício, por experiências anteriores de discriminação ou porque ainda não compreendeu a função do serviço. O profissional não deve preencher essas lacunas com suposições. Ele formula perguntas proporcionais ao objetivo do atendimento, explica por que determinadas informações são necessárias e permite que o usuário apresente prioridades que talvez não coincidam com a primeira interpretação institucional do caso.

A participação do usuário também exige linguagem acessível. Termos administrativos, fluxos internos e siglas precisam ser traduzidos em orientações compreensíveis, sem simplificar indevidamente direitos ou procedimentos. Uma pessoa que sai do atendimento sabendo o que acontecerá, quais providências lhe cabem e quais etapas dependem do serviço tem condições melhores de participar do processo do que aquela que recebe apenas uma ordem genérica para procurar outro equipamento.

- **Território, rede e condições reais de acesso**

O território não é somente o endereço de residência. Ele reúne relações de vizinhança, equipamentos públicos, meios de transporte, oportunidades de trabalho, redes religiosas ou comunitárias, conflitos locais e diferentes formas de circulação. Conhecer esses elementos ajuda a avaliar se uma orientação é realmente exequível. Encaminhar uma família para um serviço distante, por exemplo, pode ser formalmente correto e materialmente inviável quando não há transporte acessível ou quando o horário de atendimento coincide com a única fonte de renda da pessoa responsável.

**Recursos formais e apoios cotidianos**

A análise territorial inclui a rede institucional e também apoios que fazem parte da vida concreta da família, desde que reconhecidos como recursos e não impostos como obrigação. Uma vizinha que auxilia no cuidado de uma criança, um parente que acompanha uma pessoa idosa a consultas ou uma associação comunitária que facilita acesso a informação podem funcionar como suportes. O profissional precisa avaliar a estabilidade, a disponibilidade e os limites desses apoios para não transferir responsabilidades públicas para relações privadas frágeis.

Um exemplo é o atendimento de uma família que depende de transporte coletivo irregular para chegar ao serviço de referência. Se os retornos forem marcados sem considerar essa condição, faltas podem ser interpretadas como desinteresse. Quando a barreira territorial é reconhecida, o planejamento pode combinar contatos possíveis, horários compatíveis e articulações locais. A mudança não elimina a vulnerabilidade, mas transforma a maneira como o serviço organiza a própria resposta e reduz obstáculos produzidos institucionalmente.

O conhecimento do território também permite reconhecer diferenças dentro de uma mesma área de abrangência. Bairros atendidos pelo mesmo equipamento podem ter condições de transporte, oferta de serviços, redes comunitárias e níveis de isolamento muito distintos. Registrar essas diferenças



Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

# GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS

## CONSELHO E DIREITOS SOCIAIS. CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

### Conselhos como espaços institucionais de participação e controle social

- **Representação social, deliberação e fiscalização**

Os conselhos de políticas públicas integram a arquitetura democrática de gestão ao criar um espaço permanente em que representantes do poder público e da sociedade civil examinam prioridades, acompanham a execução de ações e deliberam dentro das competências definidas para cada colegiado. No campo da assistência social, os conselhos têm papel particularmente relevante porque a política se organiza de forma descentralizada e participativa. Sua atuação não se confunde com a administração direta dos serviços: o conselho não substitui o órgão gestor, a equipe técnica ou a unidade de atendimento. Sua função é exercer controle social, apreciar planos e propostas, acompanhar recursos, discutir a qualidade das ofertas e dar visibilidade pública a decisões que afetam direitos coletivos.

**Composição, legitimidade e autonomia da representação**

A legitimidade de um conselho depende da existência de regras transparentes de composição e de condições para que seus membros atuem com autonomia. Na assistência social, a presença equilibrada de representantes governamentais e da sociedade civil busca impedir que o controle social seja reduzido a uma confirmação automática das decisões administrativas. Usuários, trabalhadores e entidades ou organizações da área podem trazer experiências distintas sobre a realidade dos serviços, revelando barreiras que nem sempre aparecem em relatórios de gestão. A representação, porém, não deve ser entendida como defesa de interesse particular. O conselheiro atua em uma função pública de caráter coletivo, devendo examinar informações, ouvir segmentos representados e fundamentar suas posições em direitos, necessidades territoriais e interesse público.

- **Direitos sociais como referência da ação colegiada**

Direitos sociais orientam a ação dos conselhos porque permitem avaliar políticas públicas não apenas pelo volume de atividades executadas, mas pela capacidade de produzir acesso efetivo, proteção e redução de desigualdades. A Constituição Federal de 1988 consolidou um desenho de proteção social no qual saúde, previdência e assistência social integram a seguridade social, ao lado de outros direitos sociais assegurados pelo ordenamento brasileiro. Para o controle social, isso significa observar se pessoas e grupos conseguem chegar às ofertas, se há barreiras territoriais, institucionais ou discriminatórias e se recursos públicos estão coerentes com prioridades socialmente reconhecidas.

Alguns mecanismos de participação possuem finalidades diferentes e podem se complementar. A comparação ajuda a perceber por que nenhum deles, isoladamente, esgota o controle democrático.

| Mecanismo | Natureza do espaço | Finalidade predominante | Participantes | Resultado típico |
|---|---|---|---|---|
| Conselho | Permanente e institucional | Deliberar, acompanhar e fiscalizar | Governo e sociedade civil | Resoluções, deliberações e acompanhamento continuado |
| Conferência | Periódica e ampliada | Avaliar a política e propor diretrizes | Usuários, trabalhadores, gestores e entidades | Prioridades e diretrizes para ciclos futuros |
| Audiência pública | Pontual e temática | Debater decisão ou problema específico | Poder público e interessados | Subsídios, manifestações e registro público |
| Ouvidoria | Canal permanente de escuta | Receber reclamações, solicitações e denúncias | Qualquer usuário do serviço | Encaminhamento e resposta administrativa |

O conselho trabalha de modo continuado; a conferência amplia a participação em momentos definidos; audiências aprofundam questões específicas; e ouvidorias captam manifestações individuais ou coletivas. Um colegiado consistente utiliza essas fontes de participação como sinais sobre a política, sem confundir o relato de um caso com evidência suficiente para toda uma decisão. A análise deve verificar recorrência, distribuição territorial, impacto sobre grupos distintos e relação entre a manifestação recebida e os deveres públicos existentes.



Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

**Da experiência social à agenda pública**

Considere um conselho municipal que recebe, durante meses, relatos de famílias residentes em bairros periféricos sobre dificuldade de acesso a determinado serviço. Em vez de tratar cada relato apenas como problema individual, o colegiado pode solicitar informações de cobertura, horários, capacidade das unidades e distribuição territorial da demanda. Ao confrontar essas informações com a experiência dos usuários, torna-se possível identificar um padrão de exclusão. A questão passa então a integrar a agenda pública como problema coletivo: não se trata somente de ampliar atendimentos, mas de avaliar localização, transporte, comunicação, critérios de acesso e capacidade da rede. O controle social adquire força quando transforma escuta em análise e análise em deliberação fundamentada.

## Da demanda social à formulação de uma política pública

- **Diagnóstico público e definição do problema**

Uma política social consistente começa pela definição do problema que exige ação pública. Necessidades sociais não aparecem de forma homogênea: podem se concentrar em determinados territórios, afetar grupos de maneira desigual ou permanecer pouco visíveis porque a população encontra obstáculos para chegar aos serviços. Diagnóstico não é simples reunião de números. Ele combina informações administrativas, conhecimento das equipes, manifestações dos usuários, leitura do território e análise das condições que produzem ou agravam a desproteção. O objetivo é distinguir sintomas de causas. Uma fila extensa, por exemplo, pode decorrer de insuficiência de equipe, fluxo inadequado, localização ruim da unidade, duplicidade de encaminhamentos ou ausência de serviços complementares.

**Territorialização e delimitação do público**

Territorializar o diagnóstico significa compreender onde as pessoas vivem, quais equipamentos públicos estão disponíveis, como funcionam as redes comunitárias, que barreiras de mobilidade existem e quais situações de risco ou vulnerabilidade se acumulam. Essa leitura evita políticas desenhadas para um usuário abstrato. Uma mesma medida pode ter efeitos diferentes em áreas rurais, bairros afastados ou regiões com rede pública densa. Também é necessário definir o público de referência sem construir critérios que excluam justamente quem enfrenta maior dificuldade documental, comunicacional ou de deslocamento. A focalização administrativa pode organizar recursos, mas não deve gerar estigmatização nem transformar situação de vulnerabilidade em identidade fixa.

- **Desenho institucional e escolha de instrumentos**

Depois de definido o problema, a formulação precisa estabelecer objetivos, responsabilidades, formas de acesso, recursos, mecanismos de participação e critérios para acompanhar resultados. A escolha do instrumento depende da natureza da necessidade. Algumas respostas exigem serviço continuado; outras podem assumir forma de programa com duração determinada, projeto territorial, benefício ou articulação entre políticas. A criação de uma nova iniciativa sem verificar ofertas já existentes pode fragmentar a rede e duplicar estruturas. Por isso, o desenho institucional deve mapear competências de cada órgão, interfaces com outras políticas e capacidade real de execução.

**Objetivos, responsabilidades e participação social**

Imagine que um município identifique sobrecarga intensa entre familiares responsáveis pelo cuidado cotidiano de pessoas dependentes. A resposta não deve ser construída apenas como atividade isolada. O diagnóstico precisa mostrar quem são essas famílias, quais serviços já existem, quais lacunas permanecem e que efeitos se pretende alcançar. O objetivo pode envolver ampliar acesso a orientação, fortalecer redes de apoio e reduzir situações de esgotamento que fragilizam vínculos. A implementação pode exigir assistência social, saúde, políticas de cuidado e organizações comunitárias. Conselhos e espaços de escuta podem qualificar o desenho ao indicar horários incompatíveis, dificuldades de transporte, linguagem pouco acessível ou riscos de seleção injusta do público.

Para visualizar o percurso entre ideia e execução, é útil distinguir decisões típicas de cada etapa.

| Etapa da política | Decisão principal | Responsável predominante | Instrumento de gestão | Possibilidade de controle social |
|---|---|---|---|---|
| Formulação | Definir problema, objetivos e público | Gestores com participação social | Diagnóstico e proposta de política | Debate de prioridades e diretrizes |
| Planejamento | Organizar metas, recursos e responsabilidades | Órgão gestor e áreas administrativas | Plano de ação e orçamento | Apreciação de planos e coerência orçamentária |
| Implementação | Operar serviços, programas e fluxos | Unidades e equipes executoras | Protocolos, agendas e registros | Acompanhamento de cobertura e qualidade |
| Monitoramento | Verificar execução e resultados | Gestão e áreas de informação | Indicadores e relatórios | Análise de resultados e cobrança de ajustes |

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

# GOSTOU DESSE MATERIAL?

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**